

Olhar Moçambique: *A sombra dos dias* de Guilherme de Melo

Tobias Brandenberger
Georg-August-Universität Göttingen
tobias.brandenberger@phil.uni-goettingen.de
Data de receção do artigo: 09-06-2014
Data de aceitação do artigo: 29-07-2014

Resumo

Para uma análise imagológica, são do maior interesse os textos literários que se debruçam sobre cenários coloniais e os processos de descolonização. O presente artigo estuda o primeiro romance que o autor português (de origem moçambicano) Guilherme de Melo publicou (em 1981) depois de se ter fixado definitivamente em Portugal em 1975, em virtude da independência de Moçambique, focando a construção de representações do outro e do próprio no contexto cultural, histórico e sociopolítico da última fase colonial, da libertação e da formação de nações na antiga África portuguesa, e dedicando particular atenção à percepção de diversas alteridades internas, fundadas em categorias de diferença que ultrapassam as confrontações bipolares habituais.

Palavras-chave: Imagologia – Moçambique – colonialismo – sistemas literários.

Abstract

Literary texts regarding colonial scenarios and decolonisation processes are of special interest for an imagological approach. The present article is concerned with the first novel published in 1981 by the portuguese author (of Mozambicanian descent) Guilherme de Melo after his final move to Portugal when Mozambique gained independence in 1975. It focusses on the construction of representations of the self and the other in the cultural, historical and socio-political context of the colonial regime in its last phase, the liberation movements and the national-building in the former portuguese Africa, with ample attention paid to the perception of different types of internal alterities, based on categories of difference which go beyond the usual bipolar confrontations.

Keywords: Imagology – Mozambique – Portuguese Colonialism – literary systems.

1. Introdução

Com numerosos romances¹ e contos², Guilherme de Melo (nascido na então Lourenço Marques, hoje Maputo, em 1931, e falecido em 2013, em Lisboa, onde residia desde 1974) foi um autor de notável sucesso nas últimas décadas do século XX, bem conhecido pelo público português. O nome do escritor, porém, dificilmente se encontra em algum manual ou estudo de referência dedicado às literaturas africanas de expressão portuguesa ou às culturas da lusofonia africana,³ apesar de Melo ter passado grande parte da sua carreira como jornalista em Moçambique e ter sido ao longo de cinco lustros uma figura incontornável da vida cultural lourenço-marquina, sendo Moçambique não só o âmbito dos seus inícios literários, mas também cenário da acção ou lugar evocado em textos posteriores, já escritos em Portugal.

A curiosa circunstância prende-se directamente com a problemática focada pelo estudo que aqui apresentamos: o processo muito complexo da constituição de identidades (individuais e colectivas) numa situação conflituosa de regime colonial, primeiro, e de descolonização não menos difícil (que, no caso, provocou movimentos migratórios de milhares de pessoas), depois, por um lado; e a interacção de construções imagotípicas e experiências reais em que tal processo se baseia, por outro.

A nossa análise centrar-se-á no primeiro romance (*A sombra dos dias*, de 1981) que Guilherme de Melo publicou depois de se ter mudado definitivamente para Portugal durante o período de transição para a independência em Moçambique para, através desta

¹ *Raízes do ódio* (1965, republicado em 1990), *A sombra dos dias* (1981), *Ainda havia sol* (1984), *Os leões não dormem esta noite* (1989), *O que houver de morrer* (1989), *Como um rio sem pontes* (1992), *As vidas de Elisa Antunes* (1997), *A porta ao lado* (2001).

² *A Menina Elisa* (1960), *A estranha aventura* (1961), *Menino Candulo, Senhor Comandante* (1974), *O homem que odiava a chuva* (1999), *Crónicas dos bons costumes* (2004).

³ Para uma excepção deste silêncio significativo – denunciado, por exemplo, por Valentim (2010: 543) – veja-se a monografia de Pires Laranjeira (1995).

obra, examinarmos as diversas vertentes da construção literária de tais identidades e imagens, e para propor uma leitura que mostre o potencial correspondente de textos que provêm de encruzilhadas político-históricas e culturais intrincadas e se situam na charneira entre diferentes sistemas literários.

Importará, igualmente, questionar o pressuposto (frequente em trabalhos imagológicos, e muitas vezes implícita) de uma tipificação nas representações do outro e do próprio que se cristalizariam em esquemas imagotípicos ou esterotípicos, para interrogar as possibilidades de uma instância individualizada, quer autor empírico, extratextual, quer personagem dentro de uma diegese, de articular percepções e valorações diferenciadas que se distingam dos elementos de um imaginário colectivo.

Partindo de uma perspectiva interessada concretamente na construção de identidades no contexto cultural, histórico e sociopolítico da última fase colonial, da libertação e da formação de nações na antiga África portuguesa, e no quadro do desenvolvimento das literaturas desses países, recorreremos aos conceitos e terminologia pertinentes que propõem e aplicam, entre outros, Thomas Bleicher (1980), Manfred Fischer (1981; 1987), Daniel-Henri Pageaux (1988; 1989; 1995) ou Gustav Siebenmann (1996),⁴ para fazermos as oportunas distinções entre *imagens*, *imagotipos* e *imaginário*, e sublinharmos ao mesmo tempo que, na génese e nos efeitos de tais construções, se deve pressupor uma interacção constante entre *heteroimagotipos* e *autoimagotipos* (ou -imagens) que reciprocamente se determinam. Guia-nos, aliás, o pressuposto de que a imagologia literária não só pode e deve focar o *outro* (e o *próprio*) em confrontações bipolares de nações – como tradicionalmente se tem feito –, mas com igual legitimidade observar as diferenciações mentais que se estabelecem baseadas na percepção de alteridades internas,⁵ sobretudo em situações de uma considerável heterogeneidade ou diversidade de um colectivo, tanto de estratificação social como de outros tipos, tais como multietnicidade, plurilinguismo ou conceitos semelhantes, ou

⁴ Remeto, para além deste estudos "clássicos", para dois volumes colectivos recentes que muito aportam à metodologia imagológica e oferecem diversos estudos de caso: Dukić (2012) e Fernández García/Leal (2012).

⁵ Confira-se, em primeiro lugar, a proposta de Bleicher (1980); em alguns trabalhos nossos (Brandenberger 2012; 2014) proporcionamos análises de casos ibéricos.

também em circunstâncias de marginação ou exclusão de subgrupos específicos (normalmente minorias), onde tais processos de particularização intergrupala ou intragrupal se fundam frequentemente em variadas categorias de diferença.

Quer dizer isto, também, que vindicamos um conceito dinâmico de **cultura** como conglomerado processual de dispositivos básica e intrinsecamente diversificados, que tendem a fugir a quaisquer essencialismos, conforme salienta, por exemplo, Enrique Santos Unamuno, remetendo para os estudos de Joep Leerssen (Santos Unamuno 2012: 41); e valerá a pena assinalar, de passagem, que a manifestação artística e a realidade empírica contraem, no que diz respeito às imagens que aquela cria desta, uma delicadíssima relação de referencialidade.

2. *A sombra dos dias*

Ao contrário da primeira obra narrativa longa de Guilherme de Melo – *Raízes do ódio*, publicada (e logo proibida) em 1965 e só reeditada em 1990, sensível alegação literária contra um racismo latente, disfarçado de tolerância, e contra um falso postulado de multiculturalismo para fins propagandísticos do regime ditatorial⁶ –, *A sombra dos dias* – que de certo modo complementa o romance de estreia do autor –, apresenta uma construção narrativa mais complexa e que, nomeadamente, levanta questões com incidência no tratamento da nossa problemática.

O texto, espécie de “autobiografia narrada na terceira pessoa”⁷ que recebeu o Grande Prémio Literário do Círculo de Leitores para obras inéditas e foi reeditado com êxito em 1985, apresenta um olhar diferenciado, com um curioso procedimento narrativo no que à ficcionalidade e à visibilidade da experiência própria (isto é, ao fundo autobiográfico) se refere, sobre a época colonial e o difícil relacionamento dos que, no Moçambique daquele momento, coexistiam e tentavam encontrar ou assegurar lugar e identidade próprios.

⁶ Ocupa-se desta obra outro estudo que aparecerá em breve no volume dedicado às construções do nacional na África lusófona, coordenado por Enrique Rodrigues-Moura e Doris Wieser (Brandenberger [no prelo]).

⁷ Assim caracterizado, por exemplo, no obituário publicado na revista *Visão* (4 de Julho de 2013, p. 26).

A personagem principal, cujo nome (Guy) e outros elementos remetem sem deixar muitas opções de outras identificações para o próprio autor, lembra toda a vida passada em Moçambique (e narra também, nos primeiros capítulos e em gesto de saga, parte da história da sua família, emigrada e que tinha deixado Portugal já nos inícios do século XX) em longas analepses e partindo de uma situação pós-colonial, multiplamente desiludida. Após o fim violento de uma relação amorosa que o levou primeiro ao hospital e depois ao refúgio e à solidão em casa de familiares numa aldeia portuguesa, dedica-se aí a um doloroso trabalho terapêutico de intro- e retrospecto psíquico-emocional e biográfica. A narração segue, portanto, um duplo percurso histórico: biografia de um indivíduo e evolução de um país (de "província ultramarina" a nação independente), ambas constante e estreitamente entrelaçadas.

Ao mesmo tempo, correm paralelas duas narrações que revelam, por um lado, o contraste entre a recordação de um passado que leva de uma infância intacta a uma maturidade atribulada e, por outro, à vivência posterior de uma serenidade distante. A primeira combina elementos da saga familiar e do *Bildungsroman* em *setting* africano, que muito aporta à análise imagológica; a segunda contempla sobretudo a actualidade de Portugal nos anos posteriores à Revolução (com a problemática dos *retornados*) e pouco diz a propósito de Moçambique, evocando apenas de quando em vez como "dias de vinho e rosas" (Melo 1985: 18) um passado feliz face a um presente decepcionante.

O livro causou no momento da sua publicação algum desassossego: não só focava um assunto altamente delicado e controverso – que ocasionara feridas mal cicatrizadas, consequências económicas e demográficas graves – numa altura em que ainda era recente a radical mudança política que, a partir de 1974, derrubou afirmações e esquemas de pensamento defendidos durante muito tempo; também tratava com frontalidade, franqueza e detalhes inusitados a temática da homossexualidade e, acima de tudo, através de um protagonista de fácil identificação. Contribuiu decisivamente para a fama de Melo como escritor que não receia nem dispensa assuntos incómodos ou interditos.

Hoje, permite-nos uma aproximação esclarecedora ao tratamento literário de um grande tema da cultura e história recentes de Portugal e dos países africanos de língua portuguesa, coloniais e

pré- ou proto-nacionais; sugere, por outro lado, alguma reconsideração crítica de determinadas categorias e, não em último lugar, também da questão dos limites entre o que seria uma "Literatura Portuguesa Colonial" sobre África e uma "Literatura Moçambicana" independente.

3. Questões e problemas

Com as particularidades do seu universo diegético (personagens e as suas relações, tempo e espaço), da articulação do discurso narrativo e da focalização, e com o posicionamento ideológico-político do autor no momento da escrita, *A sombra dos dias* proporciona vários elementos interessantes para tentar esclarecer a questão complexa da fixação e da caracterização imagética (e dos seus motivos) de diferentes "comunidades imaginadas" – conforme Benedict Anderson (1986) – através de autoimagens e heteroimagens (ou daí decorrentes por um processo de tipificação, autoimagotipos e heteroimagotipos) no contexto colonial e pós-colonial. Mais ainda, é de particular relevo para examinar o problema da identificação individual com tais comunidades ou do distanciamento em relação àquelas, ou seja, a emergência de tensões entre os preceitos da comunidade e a percepção própria ou a auto-realização dos membros de tais colectivos.

Concretamente, verificar-se-á como delinea um Moçambique português, *ex post*, um autor atento e crítico, sempre por meio de um protagonista tenuemente ficcionalizado, e qual é o significado que para ele assumem, respectivamente, a África (*pars pro toto*, Moçambique) e Portugal (enquanto espaço de vivências pós-coloniais), a população e a sociedade, as estruturas e características próprias de ambos, com os respectivos vectores culturais, sociais, étnicos, linguísticos etc., por meio dos quais são elaboradas as identidades adscritas àquelas comunidades.

Deverá ser tido em boa conta, naturalmente, que se trata de uma visão especificamente interna de quem, por um lado, observa sensível e criticamente, mas que, por outro, provém do grupo dos colonizadores e por eles é vindicado como representante cultural. De que forma um autor branco, urbano, pertencente à classe económica e politicamente dominante da sociedade colonial consegue literarizar, de forma comprometida – entre outras razões,

por causa das próprias experiências – a realidade africana? E como constrói, contrastivamente e partindo do presente imediato, a realidade portuguesa do pós-25 de Abril? Quais são as imagens e ideias do que seria uma identidade cultural pertinente nessa África, como são transmitidas e em que factores constitutivos se baseiam? Como se distinguem daquelas que teriam os propagadores de uma identidade africana própria, independente da antiga metrópole, na tarefa da construção de uma memória colectiva unificadora para um país com uma nova identidade nacional em busca de legitimação? E, num enfoque mais vasto: como aparece e que problemas é que levanta a construção de identidades e imagens numa situação em que competem e, eventualmente, se opõem diversos discursos e experiências quanto a tal situação?

Sobre a base das vivências próprias *in situ*, Melo apresenta em desenvolvimento literário, numa ficção de nítido cariz autobiográfico, a sua versão (no sentido de "concepção" e ao mesmo tempo de "observação crítica") de uma peculiar cultura de "coexistência" e da interacção de subcolectivos socio-culturais com traços identitários muito próprios, precariamente interrelacionados, do auto-posicionamento de indivíduos que nem sempre se comportam consoante as matrizes ideológicas dominantes no grupo a que pertencem, e, em última instância – se bem que apenas pontualmente – também da construção do nacional em tempos de crise. Para todos estes aspectos, o autor fornece, através da lente das suas personagens, explicações quanto aos condicionamentos e objetivos que neles incidem e os determinam.

Evidentemente, uma tal versão precisa de ser examinada no contexto político e cultural imediato e conecta directamente com a questão dos objetivos e da recepção do romance aquando da sua publicação em 1981. Neste sentido, não deixa de ser significativo que, num momento em que numerosos outros autores oferecem elaborações literárias do passado colonial e se comprazem em memorações da África "perdida", ora lamuriantes, ora glorificadoras, ora vingativas e veementemente anti-independentistas,⁸ tenhamos com o livro de Melo uma visão diferente que se debruça sobre Moçambique, "província ultramarina" portuguesa em caminho para a independência, numa aproximação

⁸ Como adequadamente fez notar já um dos primeiros críticos que resenhou o texto (João Carneiro, *Colóquio/Letras* 71 [1983], p. 104).

que, embora até certo ponto nostálgica, evita a idealização para focar este assunto de modo diferenciado e sem dicotomias ou acusações simplificadoras.

4. Caracterização imagética

Para descrever as construções de identidade (individual ou colectiva) que, em representações mentais da própria idiossincrasia ou das características do *outro* se levam a cabo, é necessário clarificar quais são efectivamente os sujeitos que ocupam as duas esferas comparadas por meio de auto- ou heteroimagens e imagotipos, respectivamente. A escolha de um protagonista quase omnipresente que funciona como personagem focalizadora ao longo da narração, tanto no passado próximo português como nas detalhadas retrospectivas do tempo vivido na África, chegando a um alcance temporal de várias décadas, sugere que esta figura representaria o colectivo cuja autoimagem se esboça no romance: os portugueses assentados em Moçambique, colonos de longa data no caso da família do protagonista e dos círculos em que este comumente se move.

Tal estado de coisas pressupõe, desde já, uma autodefinição problemática (em termos de crítica colonial) daqueles que formam a sociedade laurentina. Por um lado parte-se, sem mais nem menos, da presunção de que Moçambique é (também) Portugal, conforme a ideologia do Estado Novo que incessantemente apregoava o *slogan* "Do Minho a Timor" e considerava as "províncias ultramarinas" como partes inseparáveis; por outro, a metrópole europeia parece existir apenas como ponto de fuga remoto e diferente e só indirectamente forma parte da identidade dos moçambicanos: não enquanto espaço vital próprio, mas unicamente como referência longínqua, embora constante, como hipótese de pertença, precisando sempre de confirmação.

Antes de tentar destilar os traços da autoimagem que caracteriza a camada privilegiada da sociedade colonial, será oportuno frisar os dois grupos aos quais se contrapõem aqueles que por tal construção mental se definem: a população negra e os portugueses da metrópole.

Quanto ao primeiro grupo – que constituía de longe o colectivo mais numeroso daqueles que na época colonial residiam em Moçambique –, é claramente perceptível o interesse e a atenção

que a personagem principal lhe dedica, uma vontade de conhecer e compreender melhor um colectivo que é praticamente ignorado pelos brancos. Esta atitude de Guy, longe de ser explicada em termos de um compromisso político ou uma solidariedade consciente com os oprimidos, antes se contextualiza numa certa facilidade de se relacionar com o "povo no que neste houvesse de mais autêntico e menos sofisticado" (Melo 1985: 18). Desta transgressão de fronteiras entre camadas étnico-sociais que pratica o protagonista decorre uma heteroimagem na qual prevalece uma nítida simpatia, não isenta de paternalismo. Os traços que a instância narrativa realça para caracterizar os "indígenas" são a pobreza e a dependência económica de trabalhos mal pagos, uma formação deficiente, a sujeição ao mando dos colonos (apresentada normalmente como autoridade em termos de relação laboral), a constante exposição a actos discriminatórios por parte dos brancos, mas também uma certa ingenuidade – apresentada positivamente como confiança natural – e simplicidade quanto aos desejos "instintivos", fáceis de satisfazer. Oferece-se assim um imagotipo dos "não-brancos", em parte diferenciado no que diz respeito a subconjuntos populacionais (campo vs. cidade, "assimilados" vs. "indígenas", conforme a terminologia da legislação⁹ vigente até 1961) e complementado pela observação do fenómeno da mestiçagem¹⁰, que dá azo a outro sub-imagotipo distinto do da sociedade colonialista, em que a maioria dos que viviam em Moçambique resulta ser, apesar da sua óbvia visibilidade, um conjunto imenso de pessoas apenas usadas em funções subalternas e com cujas necessidades que vão mais além do âmbito físico ou económico quase nenhum moçambicano branco se preocupava.

Neste quadro que oferece o romance de Melo, torna-se evidente aquilo que poderíamos chamar, com Reinhard Koselleck,¹¹ de simultaneidade do não simultâneo: a existência paralela, praticamente sem contacto (se exceptuarmos as dependências económicas), de dois grupos que vivem em universos separados e

⁹ Aconselhamos a consulta de Meneses (2010).

¹⁰ Ver, para mais esclarecimento, o recente artigo de Ribeiro (2012).

¹¹ Koselleck (2005: 132) refere, ainda, a conjuntura da discursificação de experiências históricas de longo alcance, por um lado, de horizontes de expectativa que apontam para um futuro (também ainda remoto), por outro, num único presente – que para o caso do regime colonial e a desigualdade em termos ideológicos chega a ser pertinente também.

radicalmente diferentes, em enorme desigualdade económica, e não procuram nem conseguem qualquer tipo de diálogo que contribua para a mútua compreensão.

Não é de admirar, de acordo com este diagnóstico, que apenas uma reduzidíssima elite formada pelos nativos pudesse levar para a frente como estratégias um movimento que visasse o processo da descolonização, enquanto um número infinitamente maior nem se apercebia dos mecanismos políticos e era facilmente manipulável¹² antes e durante a Guerra de Libertação. Mas fica especialmente evidente uma generalizada falta de comunicação entre brancos e negros sob o regime colonial, que privava de voz uma parte da sociedade para ouvir apenas a da outra; e esta situação seria a razão principal para as reacções polarizadas em ambas as partes após o 25 de Abril: quem nunca falou com o(s) outro(s) não encontrará as palavras de uma língua comum na crise.

Os "portugueses europeus" – e a designação já revela uma notável nebulosidade quanto à possibilidade de delimitar as duas comunidades portuguesas diferenciadas – podem dividir-se, por sua vez, em dois colectivos. São, por um lado, aqueles indivíduos que, após a chegada da metrópole, pouco a pouco se vão integrando na comunidade dos moçambicanos brancos, assentando-se no outro continente; por outro, os que pisam a terra africana só de modo passageiro, nomeadamente os contingentes de tropas destinadas às "províncias ultramarinas" para marcar presença (durante a Segunda Guerra Mundial) ou directamente para defender a integridade do poder colonial, cada vez mais ameaçada pelos movimentos independentistas a partir de 1961. Apesar desta diferença – que diria respeito à disposição de se adaptarem definitivamente a um novo contexto vital –, na representação de uns e de outros salienta-se sobretudo a desorientação dos metropolitanos confrontados com umas circunstâncias que os ultrapassam. Não compreendem o espaço estranho da colónia ao qual parecem ter chegado desinformados e cheios de preconceitos conforme se ilustra, por

¹² Veja-se, como exemplo particularmente flagrante, a sarcástica descrição da visita do presidente Carmona em 1939 (Melo 1985: 49).

exemplo, pelo caso ridículo das duas velhas recém desembarcadas que julgavam que ainda existia o canibalismo¹³ em Moçambique.

Do outro lado, a boa sociedade moçambicana parece não se preocupar demasiado com os novos e ainda não integrados membros da colónia, tanto com os civis que vêm para ficar a trabalhar, como com os soldados que são trazidos em grande número, com carências económicas e necessidades sexuais; contribuem assim – como já problematiza o jovem Guy num conto cuja publicação no jornal não é autorizada – a uma certa tendência para a mestiçagem que caracteriza a demografia colonial e servem, menos abertamente, de provisão de carne jovem e fácil para o âmbito homossexual laurentino.

Uns e outros circulam por um Moçambique colonial que na superfície se mostra pouco problemático, embora as vicissitudes da guerra dos anos 60 e 70 – que em Lourenço Marques obstinadamente se pretende negligenciar, visto os combates e atentados terem lugar nas regiões distintas para onde precisamente aqueles soldados são despachados – e sobretudo a primeira fase de descolonização após o 25 de Abril revelem que os representantes do poder colonial e os moçambicanos de origem europeia (mais ou menos remota) cultivaram, numa atitude ingenuamente simplificadora e confiando numa falsa superioridade "civilizada" e na força da repressão, uma percepção própria que exclui o(s) outro(s) diferente(s), consolidando deste modo uma suposta normalidade que de facto é apenas uma situação privilegiada, minoritária e artificial.

De facto, o romance apresenta o grupo dos portugueses residentes em Moçambique a que a personagem focalizadora pertence (e cuja perspectiva devia representar, se a instância narrativa transmitisse aquela numa identificação sem rupturas do indivíduo com a auto-imagem colectiva), num estado de coisas pelo menos delicado.

A camada média-alta constituída por famílias brancas de origem portuguesa, algumas emigradas para as colónias há décadas, vive em existências ordenadas e tranquilas e persegue previsíveis carreiras profissionais ou dedica-se a um comportamento boémio, artístico-intelectual, como a maioria dos amigos de Guy. No seu

¹³ "Convictamente, acreditavam que os negros não teriam ainda desistido de fazer o gosto ao dente, se um branco porventura lhes passasse, à mão de semear." (Melo 1985: 38)

modo de ser portugueses na África, com escasso reflexo crítico, justamente chega a ser problemática a autoimagem pela percepção da nação à qual se afirma enfaticamente pertencer: assiste-se a uma vindicação de um luso-tropicalismo pseudamente multicultural e multiétnico (de facto, constantemente desmentido pela realidade), que se baseia numa suposta superioridade cultural dos colonizadores, obrigados assim a levarem a cabo a sua "missão". Tal autoimagem, explicitada sem cessar pelo discurso dominante no Estado Novo, resulta, contudo, precária perante o panorama de descolonização em processo noutros países africanos, necessitando ser defendida com empenhamento: inclusivamente através de uma guerra colonial condenada ao fracasso, que quase ninguém ousa contestar. Evidenciam-se deste jeito as falácias da ideologia vigente e, para todos, não só os colonos, diversos problemas para a constituição psíquico-mental dos indivíduos afectados por ela.

Convence no discurso narrativo a perspectiva lúcida que o filho mais velho aplica sobre a história de uma família de membros privilegiados da colónia que nem reparam nem reflectem, e sobre a sociedade desigual cujas camadas altas, claramente separadas dos nativos, perseveram num estatismo total dentro das ideologias sem querer ver como o tempo passa. Eis-nos com a autoimagem pseudomulticulturalista dos "bons colonizadores", justamente recompensados pelos seus esforços com a posição económica e politicamente dominadora numa "província ultramarina" assentada na exploração dos subordinados.

A precariedade desta autopercepção é desmascarada pelo olhar céptico da personagem focalizadora que salienta, analisa e censura as bases ideológicas e sociais que alicerçam o colectivo colonial, evidenciando o seu necessário, lógico fracasso ao longo dos acontecimentos políticos, desde a "Guerra Colonial" e a resistência, passando pelo 25 de Abril e até ao rápido processo da Independência.

Ora bem, é preciso assinalar que a imagem deste grupo supostamente homogéneo dos moçambicanos brancos, de origem portuguesa, não é uniforme quando observada de perto – e é o que a personagem principal faz constantemente –, mas acusa notáveis fissuras. Pela superfície de um grupo que aparece compacto e ideologicamente em sintonia despontam divergências que se articulam numa série de subdiferenciações que conferem alguma

complexidade ao colectivo que Melo retrata no seu romance. De facto, projectam-se nele várias dicotomias cujos pólos normalmente ficam representados por uma maioria preponderante, associada ao poder político e à ideologia do sistema, e por uma reduzida minoria dissidente destes. Menos audíveis pela esmagadora potência do discurso oficial, conseguem todavia pôr subtilmente em causa alguma base da norma cimentada numa longa tradição uniformizadora. Dentro da comunidade branca, em Moçambique há quem se mostre crítico com o sistema colonial, há quem não seja conservador, católico praticante nem conivente, de modo convicto ou apenas oportunista, com a política governamental da época. A circunstância torna-se visível concretamente porque o protagonista da história age como elo de ligação entre os diversos subgrupos do seu conjunto; e fá-lo também entre os dois grandes colectivos separados no domínio étnico e socio-económico. Esta função de charneira contribui decididamente para a particularidade da personagem focalizadora, e chega a constituir um traço fundamental da sua diferença quanto à comunidade que em princípio o deveria incluir de modo lógico e natural.

Tal alteridade diz respeito a toda uma série de categorias tidas como evidentes pela grande parte da sociedade colonialista-imperialista, choque que leva a uma perspectiva desconfiada em quem observa; e resulta ser um factor primordial para avaliar cabalmente o olhar sobre Moçambique que no texto se revela. Mesmo que o protagonista de *A sombra dos dias* não deixe de se identificar *grosso modo* com o colectivo a que pertence, não partilha sempre as opiniões deste e chega a desatender deliberadamente vários princípios que guiam o seu funcionamento.

É sempre a partir da heterodoxia individual, dos desvios e rupturas do observador, caracterizado por uma série de traços que lhe conferem uma particular e complexa alteridade que o afasta da sociedade colonial, que esta sociedade é examinada. O prisma da diferença acarreta uma percepção particularmente nítida da personagem principal. O protagonista é um jovem pouco adaptado, já fisicamente distinto pelo cabelo loiro e uma pele excessivamente branca, e que se nega a todas as pretensões "sensatas" das estruturas sociais que o circundam: em vez de seguir uma carreira administrativa segura, envereda pelo jornalismo (que lhe permite depois o acesso privilegiado a informações e uma visão dos factos que não são do conhecimento de grande parte da ingénua ou

desinteressada população branca que acredita ou prefere acreditar num mundo colonial intacto); em vez de se manter num casamento de conveniência, decide aceitar, realizar e até tornar pública a sua condição homossexual; em vez de viver prudentemente à margem de posicionamentos políticos, resiste a pressões da censura e só com sorte consegue evitar consequências graves.

A luta de Guy, que se debate entre diferentes opções vitais, – que são, no fundo, alternativas identitárias – remete para as tendências centrífugas do seu âmbito, uma heterogeneidade reprimida e ocultada no próprio seio da comunidade colonial. Oferece-se-lhe, por um lado, uma confortável inserção no grupo dos poderosos, para usufruir dos privilégios e comodidades dos colonialistas: uma opção que, no entanto, é sentida como inapropriada no íntimo, especialmente no que à integração nos esquemas maioritários heteronormativos se refere. Por outro lado, existe a possibilidade, evidentemente mais espinhosa, de um empenhamento frontalmente contrário à adaptação oportunista para o qual é preciso demarcar-se de fronteiras impostas, posicionar-se a si próprio na alteridade e questionar criticamente ou até recusar as normas sancionadas pelo uso: e esta decisão de ir à procura de um lugar social e interculturalmente mais justo implica não só quebrar o silêncio que o discurso político oficial e os seus representantes impõem a propósito das iniquidades do sistema colonial, enfeitando-as por meio de postulados unitários, mas também visibilizar a diversidade individual. É este o caminho que o protagonista escolhe e que o leva a uma existência em aberta inconformidade com alguns padrões solidamente estabelecidos do conjunto social.

A dissidência, recorrentemente patenteada ao longo dos acontecimentos narrados, atinge diversas esferas: além de numa ética profissional no domínio do jornalismo que entra em conflito com as autoridades, manifesta-se na transposição de barreiras étnicas no trato social do dia-a-dia, mas sobretudo numa franca e corajosa exibição da própria condição sexual. Após uma longa fase de dissimulação, Guy decide dar expressão aberta a um interdito da época e lidar, tornando visível a sua homossexualidade, numa espécie de militância *gay* (*avant la lettre*), contra os preconceitos homofóbicos bem enraizados – paralelamente ao racismo latente ou declarado – da sociedade portuguesa e do Moçambique colonial. Deste jeito, *A sombra dos dias* chega a ser também documento de um *coming-out*: narração de uma atitude em flagrante contraste com

um hipócrita fechar de olhos na fase de vida passada na colónia, mas igualmente, embora muitos anos depois, exposição literária despudorada das próprias aventuras sentimentais e sexuais,¹⁴ sendo dupla a transgressão em casos de encontros eróticos com homens da outra etnia, antecipados já pela atracção que o menino de menos de dez anos experimenta por vários criados negros (Melo 1985: 44-46, 56-57).

Diferente num sentido paradigmático, é este o observador das desigualdades económicas, das discriminações étnicas, da hipocrisia social, dos problemas políticos; e é uma figura que muito significativamente se retira da encruzilhada para deixar o campo livre a outros, dizendo no momento em que um país distinto está a surgir: "O Moçambique novo, que vai fundar-se, é fruto e herança dos que por ele lutaram, dos que por ele se bateram de armas nas mãos, dos que por palavras e actos, por posições assumidas, arriscaram a sua liberdade e sofreram perseguições e andaram pelas masmorras da Machava. Sou demasiado honesto para que surja agora em bicos dos pés ao lodo de todos esses, num oportunismo que só causará riso." (Melo 1985: 506). Como dantes do grupo dominante dos colonos brancos pouco sensíveis às necessidades da população vernácula e aos novos rumos políticos, distancia-se aqui igualmente, embora por motivos diferentes, da nova elite política da terra que também fora dele.

Não deixa de ser irónico que esta atitude, vontade de algum modo paradoxal de renunciar a pertencer ao que outros possam – talvez com mais legitimidade – defender, junto com um pendor inconformista para com os discursos maioritários, tenha condicionado provavelmente uma dupla exclusão que determinou um curioso não-lugar entre dois sistemas literários, decisivo para a percepção do autor Guilherme de Melo.

¹⁴ Tratar-se-ia, em palavras de Paulo Alexandre Pereira (2009: 166), de uma "trajectória biográfica [...] pontuada por episódios avulsos de sexo sem história ou de projectos, sempre malogrados, de alcançar uma mais sólida parceria amorosa, sendo inúmeros os companheiros, ocasionais ou duradouros [...]."

5. Conclusões

Em 1981, após uma tumultuosa fase da história portuguesa, Melo apresenta um vasto leque de imagens da complexa situação luso-africana nas últimas décadas do sistema colonial e na passagem para a independência: um fragmento histórico amplo mas também e sobretudo pessoalíssimo, devido ao gesto autobiográfico e não pouco crítico com o quadro histórico-político e económico-social do qual os seus foram beneficiários.¹⁵ É um olhar sobre aquilo que primeiro foi e logo teria podido ser África; da perspectiva dum membro céptico da classe branca dominadora na situação colonial, mas sem esquecer a opinião de alguns dos representantes do que mais tarde seria o Moçambique oficial.

A instância narrativa observa a sociedade colonial moçambicana cuja identidade está em jogo – e que se revela, de facto, uma espécie de dia-identidade constituída por diversas identidades parciais divergentes nalgum aspecto e onde também cabem, como exemplifica o próprio protagonista, identidades individuais "anormais", passíveis de estigmatização –, um desequilíbrio inerente a qualquer situação colonial: é o desfasamento entre os representantes do império colonizador, poderosos, estrategicamente colocados nos lugares políticos e sociais relevantes, e aqueles que, embora formem a maioria numérica, são marginalizados, desprovidos de direitos, vítimas de abusos económicos, coincidindo, como é óbvio, com dois colectivos marcados pela respectiva etnia e origem.

Quanto à questão acima esboçada da oposição ou sobreposição de discursos e/ou vivências distintos e contrários, detecta-se, além do discurso colonialista oficial do Estado Novo e do discurso oficial pós-colonial português posterior à Revolução dos Cravos, a experiência pessoal de um sujeito que vive em Moçambique durante a época colonial e a fase de descolonização e se fixa depois em Portugal; sujeito que, identificando-se apenas parcialmente com o grupo sociocultural e étnico de que provém, articula a sua visão de Moçambique num discurso dissidente que reflecte as condições problemáticas que o cenário colonial implica,

¹⁵ Neste sentido, parece-nos algo sumária a condenação de Fátima Mendonça que vê no autor um representante da "propaganda colonial-fascista" (cito conforme Valentim 2010: 79), explicável, na melhor das hipóteses, por uma leitura pouco selectiva da sua obra.

denunciando, em particular, a falsidade dum postulado nem por incessantemente repetido menos demagógico e manipulador, que insistira em difundir a mensagem de um império coeso, não constituído por um núcleo metropolitano e anexos longínquos.

Corrigindo a sua primeira visão de uma "nova África" vindoura de *Raízes do ódio*, Guilherme de Melo reformula e matiza, no seu segundo romance, escrito já depois da independência das ex-colónias, as suas ideias sobre os factores constitutivos para as identidades culturais dos integrantes ora da antiga África portuguesa, ora dos novos países lusoafricanos. É digna de registo esta passagem de um compromisso imediato, embora apenas moderadamente contestatário (a favor de outra atitude dos portugueses que, em vez de discriminar a população nativa, deveria incluí-la num pé de igualdade e com confiança mútua para a elaboração de uma política africana diferente), para uma perspectiva pós-colonialista, claramente desiludida, mas que ao mesmo tempo julga com maior rigor os erros cometidos pelo regime e os seus representantes. A proposta optimista, expressa nos anos 60, mas imediatamente silenciada pela censura, de uma África (portuguesa) diferente, na qual os descendentes tanto dos colonizadores como dos nativos antes subordinados pudessem viver juntos, sem desigualdades e sem discriminação para, entre todos, criarem uma comunidade mais justa, é agora tida por uma utopia impossibilitada de uma minoria, ultrapassada pela evolução política, que teve de substituir o seu antigo lugar (ou simplesmente escolheu fazer assim) para noutro recomeçar a construir identidades.

No seu conjunto, e para uma perspectiva imagológica, a obra analisada apresenta um estado de coisas bastante diferenciado. Várias dicotomias auto e heteroidentitárias que, à partida, poderiam parecer evidentes, revelam-se questionáveis ou relativas; diversas fronteiras reconhecem-se mais permeáveis do que segregantes. Mais ainda, toda a questão da construção de imagens e imagotipos no contexto que lhes serve de pano de fundo aponta claramente para duas problemáticas que até certo ponto têm permanecido, porventura de modo apenas subjacente, presentes nas discussões acaloradas sobre o passado colonial de Portugal: a legitimidade do poder colonialista e o peso dos ressentimentos após uma longa história de exploração.

Valerá a pena insistir na circunstância de que, na elaboração imagética do complexo mundo humano de Moçambique nas fases históricas descritas, se arquitectam neste caso não tanto umas construções auto ou heteroimagotípicas representativas para determinadas comunidades, mas antes imagens individualizadas que o próprio autor com o seu *double* ficcionalizado conscientemente não considera válidas para a maioria dos que o circundam. Por outro lado, não nos parece despidendo observar que *gender* e orientação sexual resultam ser categorias fulcrais – porque individualmente identitárias – para a formação de imagens ou imago-tipos, do mesmo modo que outras mais evidentes como a posição política, a etnia ou as condições socio-económicas.

Voltemos, para fechar, ao problema do lugar de Guilherme de Melo entre as literaturas portuguesa e moçambicana. Face a um texto controverso e provocante como *A sombra dos dias*¹⁶ constata-se que a delicada combinação de factores como origem, atitude política, momento(s) da actividade literária e declarações feitas neste âmbito levou a que o autor, na raiz e no decurso de um processo de formações separadas de duas literaturas em condições completamente desiguais, fosse afastado por ambas.

Embora tendo participado durante muitos anos no sistema literário prévio à formação de uma literatura nacional moçambicana *stricto sensu*, – sistema cujo funcionamento deverá ser considerado como condição imprescindível para o estabelecimento de uma comunicação que favoreça a consciência de pertença cultural comum no sentido de Anderson ou Assmann –, o facto de Melo ter saído de Moçambique justamente antes da Independência faria com que pudesse ser incluído no domínio da "literatura colonial" (conforme a visão de Pires Laranjeira [1988] que cita como exemplos José Luandino Vieira ou Castro Soromenho) ou na fase da "assimilação" (conforme a diferenciação de Patrick Chabal [1994]). Evidentemente, de forma nenhuma se poderá falar de *moçambicanidade* se por tal entendermos, como quer por exemplo Fátima Mendonça num trabalho permeado de convicções políticas inequívocas, a característica de uma escrita impregnada pela luta libertária (1989: 52), nem quando atendermos a um critério tal como o peso de uma oralidade tradicional que salienta Ana Mafalda Leite

¹⁶ Em 1983, ainda foi recenseado na secção de "Literatura moçambicana" do *Colóquio/Letras* o romance.

(1998) como traço característico das literaturas africanas escritas em línguas europeias.

No entanto, não parece irrelevante, muito pelo contrário, a contribuição de Guilherme de Melo para a literatura de Moçambique. Como outros, preocupou-se tanto com uma identidade cultural própria moçambicana como com uma visão política para o futuro do país; e esforçou-se intensamente por uma convivência que idealmente fosse livre de racismos, realmente multicultural, e que respeitasse todas as diferenças.

Bibliografia

- Anderson (1986): Benedict Anderson, *Imagined Communities. Reflections on the origin and spread of nationalism*, London, Verso.
- Assmann (1999): Aleida Assmann, *Erinnerungsräume. Formen und Wandlungen des kulturellen Gedächtnisses*, München, Beck.
- Bleicher (1980): Thomas Bleicher, "Elemente einer komparatistischen Imagologie". *Komparatistische Hefte* 2, pp. 12-24.
- Brandenberger (2012): Tobias Brandenberger, "Semos tercôs, semos rudos. Lectura imagológica de dos zarzuelas chicas" em Yvette Bürki, Manuela Cimeli, Rosa Sánchez (eds.), *Lengua, Lllengua, Lllingua, Lingua, Langue. Encuentros filológicos (ibero)románicos. Estudios en homenaje a la profesora Beatrice Schmid*, München, Peniope, pp. 74-91.
- Brandenberger (2014): Tobias Brandenberger, "Lucha de pucheros. Imagología literaria y rivalidades gastronómicas" em Rolf Eberenz (ed.), *Discursos hispánicos sobre alimentación y culinaria. Aproximaciones literarias y lingüísticas*, Madrid, Visor, pp. 85-100.
- Brandenberger (no prelo): Tobias Brandenberger, "Raíces do ódio de Guilherme de Melo – uma «nova África»?" em Enrique Rodrigues-Moura, Doris Wieser (eds.), *Identities em movimento. A construção do nacional na África lusófona*, Frankfurt, TFM (no prelo).

- Chabal (1994): Patrick Chabal, *Vozes Moçambicanas – Literatura e Nacionalidade*, Lisboa: Vega.
- Dukić (2012): Davor Dukić (ed.), *Imagology today: Achievements, Challenges, Perspectives*, Bonn, Bouvier.
- Fernández García / Leal (2012): María Jesús Fernández García, María Luísa Leal (coords.), *Imagologías Ibéricas: construyendo la imagen del otro peninsular*, Mérida, Gobierno de Extremadura.
- Fischer (1981): Manfred S. Fischer, *Nationale images als Gegenstand vergleichender Literaturgeschichte. Untersuchungen zur Entstehung der komparatistischen Imagologie*, Bonn, Bouvier.
- Fischer (1987): Manfred S. Fischer. "Literarische Imagologie am Scheideweg des 'Bildes vom anderen Land' in der Literatur-Komparatistik" em Günter Bleicher (ed.), *Erstarrtes Denken. Studien zu Klischee, Stereotyp und Vorurteil in englischsprachiger Literatur*, Tübingen, Gunter Narr, pp. 55-71.
- Koselleck (2003): Reinhart Koselleck, "Geschichte, Geschichten und formale Zeitstrukturen" em Reinhart Koselleck, *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 52003, pp. 130-143.
- Laranjeira (1992): Pires Laranjeira, "Questões da formação das literaturas africanas" em Pires Laranjeira, *De letra em riste: identidade, autonomia e outras questões na literatura de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe*, Porto, Afrontamento, pp. 17-32.
- Laranjeira (1995): Pires Laranjeira, *Literaturas africanas de expressão portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Leerssen (2006): Joep Leerssen, "The downward pull of cultural essentialism" em Wintle, Michael J. (ed.): *Image into identity. Constructing and assigning identity in a culture of modernity*, Amsterdam, New York, Rodopi, pp. 31-50.
- Leerssen (2007): Joep Leerssen, "Imagology: history and method", "Identity" em Manfred Beller, Manfred, Joep Leerssen (eds.), *Imagology. the cultural construction and literary representation of national characters. A critical survey*, Amsterdam, New York, Rodopi, pp. 17-32, 335-341.

- Leite (1998): Ana Mafalda Leite, *Oralidades e escritas nas literaturas africanas*, Lisboa, Colibri.
- McGovern (2006): Timothy McGovern, "Narrating Homophobia and the Closet in Portugal: Guilherme de Melo and the Emergence of Queer Canons", *Luso-Brazilian Review*, 43/1, pp. 94-110.
- Mendonça (1988): Fátima Mendonça, *Literatura moçambicana. A história e as escritas*, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane.
- Meneses (2010): Maria Paula G. Meneses, "O «indígena» africano e o colono «europeu»: a construção da diferença por processos legais", *e-cadernos CES*, pp. 68-93.
- Melo (1985): Guilherme de Melo, *A sombra dos dias*, Lisboa, Notícias, (1981).
- Pageaux (1988): Daniel-Henri Pageaux, "Image/imaginaire" em Hugo Dyserinck, Karl Ulrich Syndram (eds.), *Europa und das nationale Selbstverständnis. Imagologische Probleme in Literatur, Kunst und Kultur des 19. und 20. Jahrhunderts*, Bonn, Bouvier, pp. 367-379.
- Pageaux (1989): Daniel-Henri Pageaux, "De l'imagerie culturelle à l'imaginaire" em Pierre Brunel, Yves Chevrel (eds.), *Précis de littérature comparée*, Paris, PUF, pp. 133-161.
- Pageaux (1992): Daniel-Henri Pageaux, "De l'imagologie à la théorie en littérature comparée. Éléments de réflexion" em Joep Leerssen, Karl Ulrich Syndram (eds.), *Europa Provincia Mundi. Essays in Comparative Literature and European Studies offered to Hugo Dyserinck on the occasion of his sixty-fifth birthday*, Amsterdam, Atlanta, Rodopi, pp. 297-307.
- Pageaux (1995): Daniel-Henri Pageaux, "Recherches sur l'imagologie: de l'Histoire culturelle à la Poétique", *Revista de Filología Francesa*, 8 (1995), pp. 135-160.
- Pereira (2009): Paulo Alexandre Pereira, "Cadernos do nefando: a experiência homoerótica na guerra colonial", *Forma breve*, 7, pp. 159-199.
- Ribeiro (2012): Gabriel Mithá Ribeiro, "«É pena seres mulato!» Ensaio sobre relações raciais", *Cadernos de Estudos Africanos*, 23, pp. 21-51.

- Santos Unamuno (2012): Enrique Santos Unamuno, "La identidad como estereotipo: los estudios imagológicos frente a las coartadas de la Literatura" em María Jesús Fernández García, María Luísa Leal (coords.), *Imagologías Ibéricas: construyendo la imagen del otro peninsular*, Mérida, Gobierno de Extremadura, pp. 33-54.
- Siebenmann (1996): Gustav Siebenmann, "La investigación de las imágenes mentales. Aspectos metodológicos", *Versants*, 29 (1996), pp. 5-29.
- Valentim (2010): Jorge Valentim, "Armários devassados: homoerotismo e resistência na ficção de Guilherme de Melo", *Terra Roxa e outras terras - Revista de Estudos Literários*, 18, pp. 78-88.